



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO Nº 8950/2005

PARECER Nº 1312/2010-DA

EMENTA: Representação. Inconstitucionalidade formal da Lei Distrital nº 3.556/2005. Competência da União para editar leis que representem aumento de despesas com servidores da Polícia Civil do Distrito Federal. Determinação do Tribunal para desconstituir atos de aposentadoria praticados com base no dispositivo declarado inconstitucional pelo STF. Recurso interposto por interessado. Negativa de provimento.

O presente feito originou-se de representação do Ministério Público de Contas para examinar a validade de Norma Local que prevê a contagem como tempo de serviço em atividade policial aquele em que estiver cedido à Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União e do Distrito Federal.

2. O Tribunal, após conhecer e antes de adentrar o mérito da representação, abriu prazo para que o Governador do Distrito Federal, o Presidente da Câmara Legislativa do DF e o Chefe da Polícia Civil apresentassem os fundamentos para a edição da Lei Distrital nº 3.556/2005, nos termos da Decisão nº 4866/2005.

3. Por meio do Ofício nº 1307/2005, o então Diretor Geral da Polícia Civil encaminhou cópia integral do Projeto de Lei nº 1.315/2004 (fls. 72/105), que deu origem à citada Lei, com as informações pertinentes, destacando que o art. 3º, objeto de questionamento na exordial, decorreu de Emenda Parlamentar, não tendo a Polícia Civil efetuado qualquer proposta para sua inserção.

4. O então Secretário de Governo do Distrito Federal encaminhou os motivos que fundamentaram a edição da Lei sob comentário, conforme Ofício nº 669/2005 (fls. 106/107). Esclareceu que o objetivo da Norma foi regular a cessão de servidor da Polícia Civil a outros órgãos e entidades, a fim de limitar as cessões e priorizar os trabalhos relacionados a atividade policial. Destacou, ainda, que o mencionado art. 3º foi inserido por emenda parlamentar, o que ensejou a orientação do então Governador para que intentasse Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao dispositivo referido, após realização do estudo pertinente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

5. Proposta a medida judicial (ADI nº 2006.00.2.003717-2), o Tribunal sobrestou a apreciação da matéria, até decisão com trânsito em julgado do processo, nos termos da Decisão nº 4026/2006.

6. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por entender não ter competência para analisar a compatibilidade da Norma local diretamente com a Constituição Federal, não admitiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Na sequência, a então Governadora do Distrito Federal ingressou com nova Ação Direta, desta feita perante o Supremo Tribunal Federal (ADI nº 3817), o que motivou a manutenção do sobrestamento do feito, conforme Decisão nº 113/2007.

7. Reconheceu o Pretório Excelso a inconstitucionalidade do art. 3º da Lei Distrital nº 3.556/2005, por desobedecer ao art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, na forma como alertado na representação ministerial. Por conseguinte, a Corte de Contas, a par de tomar conhecimento da citada decisão, solicitou à Polícia Civil que informasse se foram praticados atos com base no dispositivo considerado inconstitucional e, se existentes, quais as medidas adotadas, diante do conteúdo da referida deliberação.

8. O Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal informou que foram concedidas 4 aposentadorias com base no art. 3º da Lei em tela e que não foram adotadas medidas concretas, por estar aguardando análise dos recursos apresentados.

9. Ao analisar os esclarecimentos prestados, o Tribunal determinou à Polícia Civil que observe, de imediato, nos processos específicos de aposentadoria que indica, os reflexos da mencionada deliberação do STF, com a exclusão do tempo de serviço estritamente policial aquele pertinente aos períodos computados com fundamento no dispositivo considerado inconstitucional, consoante a Decisão nº 1391/2010. Na mesma assentada, determinou que, caso os interessados não preencham os requisitos para aposentadoria, anule os respectivos atos e se, mesmo com a exclusão do período, ainda possuam tempo para se aposentarem, encaminhe o processo respectivo ao Tribunal.

10. O Sr. Alírio de Oliveira Neto, um dos servidores policiais beneficiados pela aplicação do dispositivo acima indicado e alcançado pela determinação da Corte de Contas, apresentou recurso contra a Decisão nº 1391/2010, pois entendeu que o tempo de serviço em que esteve cedido para ocupar cargos comissionados na Câmara Legislativa e na Administração Regional do Guará deve ser computado para aposentadoria especial.

11. Tenta, em seu recurso, enquadrar as atividades que exerceu, enquanto cedido, em natureza estritamente policial, porque envolveriam tratamento de política de segurança. Cita, como paralelo, a situação dos policiais e bombeiros militares que teriam contado como atividade policial o tempo de serviço prestado nas funções de Administrador Regional, Secretário de Estado e cargos de Natureza Especial iguais ou superiores aos níveis DF-14 ou CNE-7 de interesse da segurança pública, conforme definido em ato do Governador.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

12. Assim, diante da inconstitucionalidade formal do art. 3º da Lei nº 3.556/2005, requer a aplicação analógica do Decreto nº 6.745/2009 aos policiais civis, com a conseqüente recontagem do tempo de serviço, computando como de natureza estritamente policial, aquele exercido como administrador do Guará, bem como aqueles cargos exercidos na CLDF.

13. Conhecido o recurso pela Decisão nº 3692/2010, a Inspeção procedeu à pertinente análise do mérito. Inicialmente, levantou dúvidas acerca da legalidade do Decreto que o recorrente pretende ver aplicado por analogia, por conter regras de ampliação do conceito de atividade policial. Entendeu não aplicável o ato normativo, pois estar-se-ia alterando o requisito legal de aposentadoria, uma vez que a atividade policial estaria vinculada ao cargo e não à natureza da atividade desempenhada.

14. Realçou a Unidade Técnica que o art. 1º da LC nº 51/85 impõe não apenas a ocupação de cargo, mas o efetivo exercício de atividade estritamente policial, ou seja, o efetivo desempenho do cargo. Conclui, afirmando que, *para que o servidor da Polícia Civil do DF usufrua das vantagens da Lei Complementar nº 51/85, é preciso que ele esteja no exercício das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial, ou seja, ocupando cargos que, por suas características, exijam habilidades e conhecimentos técnicos inerentes à função policial.*

15. Destacou, ainda, que a aplicação do Decreto encontra óbice formal, pois a adoção de critérios e requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria deve ser efetuado por leis complementares.

16. Citou inúmeros precedentes do TCU, do TCDF e do TJDF acerca do entendimento do que seja atividade estritamente policial e da impossibilidade de se aproveitar, para fins de aposentação especial, tempo prestado em atividade não policial em sentido estrito.

17. Asseverou, também, que, mesmo que se aplicasse o Decreto nº 6.745/2009 aos policiais civis, o interessado não preencheria os requisitos mínimos legais para obter sua aposentadoria especial.

18. Ao final, sugeriu negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo interessado.

19. Com razão a Inspeção ao sugerir a negativa de provimento ao presente recurso. Conforme bem demonstrado nos autos, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é pacífico no sentido de ser da União a competência legislativa para dispor sobre qualquer matéria que, mesmo indiretamente, envolva aspectos remuneratórios dos policiais civis do Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

20. Daí a inconstitucionalidade formal do art. 3º da Lei nº 3.556/2005 declarada pelo Pretório Excelso, a partir de Ação Direta proposta pela então Chefe do Executivo distrital.

21. Não obstante, a retirada do mundo jurídico do citado dispositivo não afeta a análise das questões relativas à aposentadoria especial dos policiais civis. A Constituição impõe regras gerais sobre a aposentadoria de servidores públicos e permite que norma de natureza complementar disponha sobre determinadas aposentadorias de natureza especial, notadamente aquelas relativas a servidores policiais.

22. Em decorrência desta excepcionalidade admitida pelo Próprio Texto Político, tem-se acolhido o entendimento de que a Lei Complementar nº 51/85 que dispõe sobre regras para aposentadoria especial de policiais civis do DF foi recepcionada pela Constituição Federal. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal sobre a matéria no que é seguida, no particular, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

23. Tem-se, então, verdadeiro regime de aposentação diferenciado dos servidores policiais. O Constituinte, ao reconhecer a relevância e as condições de extremo risco e perigo contínuo a que está jungida a atividade policial, admitiu a criação de requisitos mais flexíveis para aposentadoria desta categoria de servidores.

24. Não obstante, esta diferenciação não decorre de mero privilégio de uma classe em detrimento de outrem. Ao contrário, por reconhecer que as condições de trabalho de policiais são diversa e especial em relação à generalidade dos servidores, impôs regra diversa. Tratou de forma desigual servidores em situação de desigualdade, em legítima concretização do princípio da isonomia jurídica.

25. Assim, para que esta diversidade de regra tenha efetivamente eficácia constitucional, a Norma Complementar que regulamenta o Texto Constitucional, de forma legítima e compatível com os fins a que se propõe, possibilita que servidores policiais possam se aposentar com tempo de serviço reduzido em relação ao que é exigido da generalidade dos servidores públicos.

26. Todavia, para que esta redução temporal mostre-se compatível com o espírito da Constituição Federal ao permitir a criação de regime diferenciado de aposentadoria, é imprescindível que as razões que a fundamentam estejam amparadas em situações que justifiquem sua existência, sob pena de transformar a aplicação da igualdade jurídica em verdadeiro privilégio indevido e indesejado em um sistema republicano.

27. Neste contexto, a Lei Complementar nº 51/85 mostra-se perfeita ao exigir que, para se aposentarem sob seu regime, apenas o tempo de serviço prestado em atividade estritamente policial deve ser considerado. Aqui, mostram-se perfeitas as considerações do Sr. Analista acerca do que se deve entender por exercício em cargo de natureza estritamente policial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

28. Enfim, não é a simples ocupação de cargo integrante da carreira policial civil que assegura ao servidor a aplicação das regras excepcionais de aposentadoria. A Lei Complementar, ao regulamentar dispositivo constitucional, exige algo mais, a prestação de serviço de natureza estritamente policial.

29. É com base neste paradigma que se deve analisar a matéria. Assim, ao tempo em que não se pode, aprioristicamente, afastar a aplicação das regras especiais aos ocupantes de cargo policial apenas pelo fato de terem sido cedidos a outros órgãos, também a mera ocupação de tais cargos não lhes confere o referido direito.

30. Há que se analisar todo o histórico de serviço do servidor interessado, a fim de analisar se efetivamente pode ser considerado todo o tempo utilizado para aposentadoria especial como sendo em atividade estritamente policial.

31. Pouco importa, portanto, para tal conclusão a existência de lei ou ato normativo de outra natureza estabelecendo este ou aquele critério. O que importa é analisar a situação concreta para se concluir se determinada atividade exercida pelo interessado pode ou não ser considerada estritamente policial para os fins de aposentadoria especial.

32. Neste sentido, também a aplicação analógica do Decreto nº 6.745/2009 aos policiais civis não se mostra suficiente para a defesa do direito pretendido no recurso. Ademais, é lição de boa hermenêutica jurídica e de interpretação constitucional que as regras que impõem exceção ao comando geral de uma norma devem ser interpretadas de forma também excepcional. Neste contexto, a aplicação analógica de Decreto, de duvidosa constitucionalidade, que regulamenta a aposentadoria de servidores das instituições militares distritais é irregular e ofende ao princípio da especialidade das normas.

33. Assim, ao se verificar as atividades exercidas pelo interessado fora do seu campo de atuação como delegado de polícia e computadas também como de atividade estritamente policial, conclui-se que não preenche os requisitos mínimos indispensáveis para obter a aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85.

34. A Lei não detém termos inúteis. Ao impor um qualificativo ao termo atividade policial para permitir redução no tempo de serviço para fins de aposentadoria, não o fez por acaso. Buscou, insista-se, compatibilizar regime de exceção aos fins para os quais foi criada esta regra especial. É neste contexto que se deve entender a palavra **estritamente** que impõe o art. 1º da mencionada Lei Complementar.

35. Somente aquelas atividades que podem ser enquadradas na atividade de polícia judiciária ou de polícia preventiva é que devem ser aceitas para este fim. Como bem deixou assente a Desembargadora Adelith de Carvalho Lopes ao fundamentar seu Voto, ao final vencedor, na Apelação Cível nº 1-442.992 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que o exercício do poder de polícia não se confunde com a função policial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

36. É a atuação finalística do servidor policial, no enfrentamento preventivo ou repressivo do crime, com seus riscos e perigos inerentes, que justifica a necessidade de tratamento diferenciado aos servidores policiais em relação à aposentadoria. Fora destas hipóteses, não estão presentes os motivos que ensejam a aplicação da legislação especial. Não resta caracterizada a atividade estritamente policial.

37. Assim, não há como aceitar que a função de Administrador Regional, por mais relevante que seja, possa ser acolhida como de natureza estritamente policial para fins de aposentadoria de que trata a LC nº 51/85, por não ter, dentre suas atribuições, a realização da função policial estrita.

38. Tampouco as atividades de mero assessoramento, ainda que fundamentais para o exercício parlamentar, desempenhadas na Câmara Legislativa do DF podem ser consideradas como estritamente policial, a menos que tivessem diretamente relacionadas com o combate concreto a ilícitos penais que, eventualmente, poderia ocorrer no âmbito do Legislativo, como, por exemplo, durante o curso de investigações a cargo de uma CPI, como agente de proteção do Estado a determinado parlamentar ou cidadão.

39. Contudo, dos elementos trazidos aos autos pelo recorrente não se pode concluir estas atividades foram por ele desenvolvidas na CLDF. Não atuou como Delegado de Polícia cedido para a Casa Legislativa no exercício de alguma investigação criminal que eventualmente poderia ter ocorrido. Enfim, não realizou atividade estritamente policial enquanto desempenhou funções no âmbito do Legislativo distrital.

40. Cabe enfatizar, ainda, que os estritos termos do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 51/1985 estabelecem expressamente que:

Art.1º - O funcionário policial será aposentado:

I - voluntariamente, com proveitos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 anos (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

41. Note-se que a regra especial de que trata o artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar em voga estabeleceu que, dos 30 (trinta) anos necessários, 20 (vinte) seriam de atividades estritamente policiais, depreendendo-se que as demais atividades (não restritas a esse fim), seriam computadas como tempo comum, ou seja, quanto aos 10 (dez) anos complementares, prevalecendo-se, assim, uma “contagem híbrida”.

42. Dessa forma, os tempos de serviço/contribuição ora questionados, dada a natureza não-estritamente policial, só poderiam ser enquadrados na apuração dos 10 (dez) anos de tempo comum de que se cogita. Inverter a ordem das coisas seria inverter o espírito da própria lei, quedando-se por terra a especificidade da benesse e o princípio da isonomia.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

43. Sob esse aspecto, não é despiciendo realçar, por oportuno que, no que pertine à aludida contagem “híbrida”, o posicionamento majoritário do Ministério Público de Contas, nos diversos Pareceres alusivos às aposentadorias especiais de policiais civis, era no sentido de que, após o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, para salvaguardar os efeitos da Lei Complementar nº 51/1985, os referidos 30 (trinta) anos deveriam ser cumpridos em atividades estritamente policiais, a exemplo do excerto a seguir, extraído do Parecer nº 539/04-MF (Processo nº 10004/03):

11. Nesse contexto, a polêmica central residiria na verificação da compatibilidade da regra do art. 1º, I, dessa Lei Complementar, com o disposto no atual texto do § 4º do art. 40 da CF, dada a ressalva contida nesse último dispositivo.

12. Em processos da espécie, o Órgão Ministerial que atua junto ao TCDF tem questionado a irrestrita aplicação do sobredito diploma complementar, ao entendimento de que, a partir de 16.12.98, reservado restou o direito à jubilação especial ao tempo de serviço prestado sob condições específicas e de forma exclusiva, embora a Corte de Contas venha-se mostrando inflexível às argumentações esposadas até o momento.

13. Instado a atuar nos autos do Processo nº 1003/03, o douto Procurador Inácio Magalhães Filho, ao tecer importantes considerações a respeito do tema, sufragou entendimento contraposto ao da Corte, não em face da recepção da LC 51/85, mas quanto às condições a serem preenchidas para efetivação da aposentadoria especial do policial civil, depreendendo que, para tal desiderato, mister se faz o transcurso de 30 (trinta) anos exclusivos de atividades policiais, sem quaisquer outras exigências.

14. Da mesma forma, conforme defendido nos autos de nº 2345/03, entre outros, o ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, auxiliando-se do procedimento hermenêutico da interpretação conforme à Constituição, compreende que, para não conflitar com o termo “exclusivamente” estabelecido do § 4º do art. 40 da Carta Magna, a aludida LC 51/85 somente preponderaria, caso se adotasse, como critério, o pressuposto do exercício de 30 (trinta) anos de serviço em cargo de natureza estritamente policial.

(...)

23. Com efeito, a nova redação do art. 40, § 4º, da Carta Federal passou a exigir, particularmente, que as atividades exercidas pelo servidor sejam exclusivamente em condições singulares para a obtenção da aposentadoria especial, abrindo, assim, exceção à regra geral de inativação dos servidores públicos, prevista na atual normatização constitucional (art. 40, III).

24. Considerando o espírito da reforma então efetivada no sistema de previdência social, que foi o de restringir as regras de aposentadoria desses servidores, inclusive as especiais, não há dúvida que a expressão exclusivamente foi inserida intencionalmente pelo legislador constitucional para limitar, ainda mais, esse benefício.

25. De outra parte, é plausível depreender que, pela redação do art. 1º, I, da LC 51/85, o servidor policial fora beneficiado com o direito à inativação especial não



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

em razão apenas (pelo menos, na expressão fria da norma) de tratar-se de cargo exercido em prejuízo à saúde ou à integridade física, mas - isto sim - pelo mero fato da natureza policial do cargo.

26. Não se poderia afirmar, assim, que a lei complementar prevista na atual redação do § 4º do art. 40 da CF possa ser aquela que, no caso específico, complementou a Constituição anterior, exatamente porque não faz referência às condições especiais previstas expressamente no aludido dispositivo. Observe-se, a propósito, que é precisamente por esse caminho que têm trilhado a Superior Corte de Justiça e grande parte do Judiciário pátrio para exarar sentenças refratárias à recepção da LC 51/85, por ausência de suporte constitucional, tornando-a, dessa forma, letra morta, inservível e inaproveitável, o que nos afigura desarrazoado, data maxima venia, sobretudo por não se vislumbrar intransponível a salvaguarda da norma em comento, conformando-a com a Constituição, mediante os mais nobres critérios de hermenêutica.

27. Nesse contexto, de todo modo, é intuitivo não se afigurar plausível que a LC 51/85 possa permanecer incólume ao novel ordenamento constitucional, como também não se pode chegar ao extremo de considerá-la expungida do mundo jurídico, sem qualquer efeito prático, submetendo os integrantes da carreira policial, sujeitos a condições de insalubridade e insegurança próprias das funções, aos mesmos limites mínimos de idade e períodos de contribuição previdenciária para a aposentadoria voluntária dos servidores em geral.

28. Nessa perspectiva de conflito, quando, segundo Canotilho, a lei estiver na fronteira da inconstitucionalidade, é que se conclui que a questionada regra do art. 1º, I, da LC 51/85 reclama ser interpretada em conformidade com a vigente ordem constitucional, critério hermenêutico de grande valia, para efeito da aposentadoria especial dos policiais civis. Neste caso, cumpre, para tentar salvá-la, “discernir um sentido que, conquanto não aparente, é um sentido necessário e o que se torna possível por virtude da força conformadora da Lei Fundamental”, tal como preleciona outro mestre português, Jorge Miranda. Só mediante esta interpretação pode o indigitado diploma complementar ser recepcionado, adequando-se à rigidez do texto constitucional exceptivo da regra geral da aposentadoria dos servidores públicos.

29. À guisa, portanto, de fecho para esta parte de nossas reflexões, sou favorável à interpretação deduzida pela e. Corte de Contas gaúcha, considerando a possibilidade do complemento do tempo policial (20 anos), previstos no art. 1º, I, da LC 51/85, por atividades outras, exercidas sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, devidamente certificadas, mesmo que, para sua plena eficácia, ao sentir deste órgão, ainda haja imperiosa necessidade de lei complementar federal consistente na definição dessas circunstâncias especiais, o que, de todo modo, não inviabiliza a jubilação especial em comento, se todo o tempo exercido (30 anos) for de atividade estritamente policial, juízo que se emprega independente da reclamada legislação infraconstitucional.

30. Assim, transposta a controvérsia mais ampla, solvendo-se a polêmica com a declaração de plena vigência da Lei Complementar nº 51/85, harmonizando-se seus termos com o artigo 40, § 4º, da Carta Magna, com a nova redação dada pela EC nº 20/98, a garantir a legalidade de aposentações de policiais civis, nos moldes



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

suso indicados, cumpre verificar a regularidade do ato aqui sob exame, atinente ao Delegado de Polícia (...).

*31. Na situação concreta posta nos autos, verifica-se que o servidor não preenche o tempo de serviço necessário para tutelar a aposentadoria especial em tela, qual seja, 30 (trinta) anos de atividade policial (detém pouco mais de 20 anos – fls. 66/67-apenso), conforme entendimento ora estabelecido.
(...)*

44. Porém, não foi esse o entendimento do Tribunal, que vem aceitando a contagem “híbrida” disposta na Lei Complementar, ao argumento de que esta subsiste frente às alterações constitucionais introduzidas pelas Emendas nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, sendo que esta última deu nova redação ao § 4º do artigo 4º da Constituição Federal, não mais consignando ao expressão “*exclusivamente*” no que tange às atividades que comportariam aposentadoria especial, as quais se dariam “*nos termos definidos em leis complementares*”.

45. Nada obstante, visto que o tema estava sendo tratado em sede de Recurso Extraordinário pelo STF (RE nº 567.110), este representante Ministerial vinha pugnando pelo sobrestamento dos feitos da espécie, até o desfecho do citado Recurso, a exemplo do Parecer nº 971/2010-DA, **in verbis**:

9. Respeitante à aplicação da Lei Complementar nº 51/85, sob a égide das aludidas Emendas, cabe ressaltar que, na apreciação do RE nº 567.110-1 (mencionado no item “I.a.2” da Decisão retrocitada), “O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada”, a ser observada em relação aos demais julgados da espécie.

*10. É certo que o resultado que advier do citado RE em princípio não produzirá efeitos **erga omnes**, mas apenas quanto ao caso concreto. Todavia, cabe tecer algumas considerações acerca do alcance da “repercussão geral” nele reconhecida, trazendo à lume os argumentos do Professor Fernando Lima, lançadas em artigo datado de 25.10.2010 (...):
(...)*

12. A “repercussão geral” reconhecida no RE nº 567.110, tem provocado a devolução, pelo STF, dos demais feitos da espécie aos Tribunais de origem, com espeque no artigo 543-B do CPC. Citem-se como exemplos: o RE 607332/AC, julgamento de 08.02.2010, o RE 607784/MA, julgamento de 03.02.2010 e o Agravo: AI 672131/SP, julgamento de 02.12.2008.

*13. Conforme verificado, o STF não sedimentou definitivamente as questões alusivas à aplicação ou não da LC nº 51/85, a partir da Edição da EC nº 20/98. Depreende-se que a pendência de apreciação de mérito do RE nº 567.110 tem provocado o sobrestamento da análise de inúmeras Ações que tratam do tema nos Tribunais de origem, o que pode desencadear futuros julgamentos em sintonia com o resultado que advier do STF, consolidando-se em jurisprudência em relação à questão. Nesse sentido, mostrar-se-ia de bom alvitre que o Tribunal sobrestasse a apreciação dos feitos da espécie até ulterior deslinde da matéria no âmbito do Poder Judiciário, em que pese a independência das Instâncias.
(...)*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

46. Recentemente o colendo STF analisou a questão, consoante excerto de jurisprudência colacionada no Informativo nº 604/STF, de 25.10.2010, nos seguintes termos:

REPERCUSSÃO GERAL

Atividade Policial: Aposentadoria e Recepção da LC 51/85

O Plenário negou provimento a recurso extraordinário interposto, pelo Instituto de Previdência do Estado do Acre – ACREPREVIDÊNCIA, contra acórdão de tribunal de justiça local que concedera a servidor público policial o direito a aposentadoria especial conforme a Lei Complementar 51/85, que dispõe, nos termos do art. 103 da Constituição anterior, sobre a aposentadoria do funcionário policial. Na origem, delegado de polícia civil estadual impetrara mandado de segurança no qual pleiteara a aplicação da referida lei complementar, mesmo após a edição da EC 20/98 — que, dentre outras providências, modificou o § 4º do art. 40 da CF/88. A ordem fora denegada em primeira instância, o que ensejara apelação do impetrante à Corte estadual que, provida, culminara neste recurso extraordinário. Registrou-se que, depois do reconhecimento da repercussão geral da questão constitucional suscitada neste recurso, houvera o julgamento da ADI 3817/DF (DJe de 3.4.2009), no qual concluíra-se que a Constituição atual recepcionara a LC 51/85, especificamente o seu art. 1º, I ["Art. 1º - O funcionário policial será aposentado: ... I - voluntariamente, com proveitos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial"]. Resolveu-se, inicialmente, reafirmar a recepção da LC 51/85. Em seguida, aduziu-se que o acórdão adversado baseara-se na recepção do diploma legal e examinara se ao recorrido era aplicável a lei, consideradas as condições de fato da prestação de serviço e, portanto, a submissão dele às condições de periculosidade pela permanência na carreira. Observou-se que rediscutir, diante dos fatos, se o recorrido preencheria as exigências legais para a aposentadoria especial não seria cabível em sede de recurso extraordinário. Quanto ao argumento do recorrente de que a aplicação da norma não seria automática, ressaltou-se que, na situação descrita nos autos, as instâncias de mérito, responsáveis pelo exame de provas, teriam comprovado que ele cumpriria rigorosamente as condições do aludido art. 1º. Por fim, o Min. Gilmar Mendes frisou que o exercício deve ocorrer em cargo de natureza estritamente policial para se atenderem aos requisitos do dispositivo legal. **RE 567110/AC, rel. Min. Cármen Lúcia, 13.10.2010. (RE-567110).** Grifei.

47. Nessa linha, considerando-se o entendimento alcançado pela Corte Suprema no sentido de que prevalecem válidos os termos da Lei Complementar nº 51/1985, quanto ao respaldo para aposentadoria especial de policiais civis, com destaque para contagem “híbrida” de “*pelo menos 20 (vinte) anos*”, além de mais 10 (dez) anos de atividade comum (ou outras atividades), totalizando-se 30 (trinta) anos, a despeito do posicionamento Ministerial mencionado alhures, forçoso reconhecer-se, também, que as demais atividades administrativas, comissionadas ou em funções de confiança, dentre outras, nos diversos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, repita-se, não-estritamente policiais, devem ser computadas nesse segundo plano (o da atividade comum = 10 anos).

48. A título exemplificativo, consoante indicado às fls. 317/318, no caso analisado, subtraídos os períodos exercício de cargos de Assessoria, Diretoria, e Chefia de Gabinete na CLDF, o Recorrente contaria com pouco mais de 15 anos de atividade



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

estritamente policial, não se vislumbrando o alcance do requisito mínimo de 20 anos. Nesse sentido, englobar a contagem de todo o interregno pretendido, seria subverter a ordem indicada no parágrafo precedente, contrariando-se as disposições da própria Norma especial, cujo alcance da exceção albergada deve ser analisado de forma não ampliativa, não bastando a simples observância do cargo (efetivo) de origem (Policial), mas as atividades de “risco”, de perigo (a exemplo das insalubres), efetivamente desempenhadas, inerentes à função.

49. Eis alguns julgados judiciais que se acrescenta acerca do tema versado nos autos:

TRF5 - Apelação Cível: AC 335942 AL 2003.80.00.006386-7

Relator(a): Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria

Julgamento: 20/08/2007 - **Órgão Julgador:** Segunda Turma

Publicação: Diário da Justiça - Data: 12/09/2007 - Página: 572 - Nº: 176.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. REQUISITO DA LC 51/85. PERÍODO AFASTADO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO SINDICAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A ressalva do direito à aposentadoria especial, nos termos do parágrafo 4º, do Art. 40, da CF/88, pressupõe o exercício das atividades profissionais em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
2. Hipótese em que a atuação no âmbito sindical não tem o condão de configurar 'exercício em cargo de natureza estritamente policial', a autorizar a aplicação do beneplácito inserido na LC 51/85.
3. Apelação e remessa oficial providas. Improcedência do pedido.

- - -

TJSP - Apelação Com Revisão: CR 7216155200 SP

Relator(a): Peiretti de Godoy **Julgamento:** 04/02/2009 **Órgão Julgador:** 13ª Câmara de Direito Público **Publicação:** 09/03/2009

DECLARATÓRIA

- Agente de segurança penitenciária - Aposentadoria especial prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85 - Não comprovação de vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial - Atividade distinta da função policial - Sentença mantida - Mantidos os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa - Recursos não providos.

Pelo exposto, este membro do Ministério Público de Contas, com as considerações acima, propõe ao e. Plenário que acolha as sugestões ofertadas pela Inspetoria.

É o parecer.

Brasília, 26 de outubro de 2010.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF